**COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

**O OLHAR DO PROFESSOR ACERCA DO ASSISTENCIALISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Feira de Santana - Bahia**

**2022.1**

Diana de Santana Santos

O OLHAR DO PROFESSOR ACERCA DO ASSISTENCIALISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob coordenação da professora Ma. Claudene Ferreira Mendes Rios, junto ao Colegiado de Pedagogia, na Faculdade Anísio Teixeira, no semestre de 2022.1.

 Orientadora: Profa. Ma. Claudene Ferreira Mendes Rios

Feira de Santana - Bahia

2022.1

**O OLHAR DO PROFESSOR ACERCA DO ASSISTENCIALISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

 Diana de Santana Santos[[1]](#footnote-1)

Profa. Ma. Claudene Ferreira Mendes Rios[[2]](#footnote-2)

**Resumo**

O presente artigo trata de uma pesquisa de campo inspirada na abordagem qualitativa sobre o assistencialismo na educação infantil em creches na cidade de Feira de Santana e foi norteada pelas seguintes perguntas: como o professor de educação infantil lida com a cobrança dos pais sobre o cuidado assistencialista para com os seus filhos? Será que o professor tem mesmo a obrigação profissional de cuidar da alimentação, higiene, dentre outras necessidades básicas dos seus alunos? Qual a concepção do professor a respeito do assistencialismo? E os principais objetivos traçados foram: analisar qual a visão do professor da educação infantil, frente ao modelo assistencial empregados nas creches. Foi realizada entrevistas com duas professoras de uma creche pública do município de Feira de Santana que nos ajudou, em certa medida, a esclarecer até que ponto vai o papel do professor, e, para fundamentar a escrita, nos ancoramos nas produções de estudiosos como Craidy (2001), Ludke (1986), Oliveira (2011), Kramer (1988), Adorni (2006), Brito (2015), Campos (2006), que tratam sobre aspectos de relevância na educação infantil, como: políticas da educação infantil, direito à educação das crianças, o papel social da educação infantil, dentre outros. Já quanto aos resultados desta investigação, foi possível perceber que há uma concordância entre as professoras na questão do assistencialismo ser indissociável da educação formal, principalmente nas creches públicas, pois há uma demanda de crianças carentes e um apelo para a participação efetiva das famílias.

**Palavras-chave**: Educação infantil. Pais. Assistencialismo. Papel do professor.

**Introdução**

As primeiras creches surgiram no século XIX na Europa e no início do século XX no Brasil, alavancadas pela estruturação do capitalismo, crescente urbanização e a necessidade de reprodução da força de trabalho composta por seres capazes, nutridos, higiênicos, e sem doenças (ADORNI, 2006), e foram criadas por associações ou organizações sociais, religiosas ou filantrópicas compostas por grupos femininos. Tinham como objetivo explícito o atendimento aos filhos das trabalhadoras.

Segundo Vieira (1988, p. 4),

A creche nesse período foi útil instrumento de socorro às mulheres pobres e desamparadas. Ela era um recurso ligado à pobreza. A ela recorriam às mulheres forçadas a trabalhar: mães solteiras, mulheres abandonadas por seus companheiros, viúvas e mulheres casadas que contribuíam com o seu trabalho para aumentar o orçamento familiar.

Na década de 1930, de acordo com Campos (2006), o secretário de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade, criou os Parques Infantis, localizados nos bairros operários, que atendiam crianças em período integral, com uma proposta educacional, cultural e ambiental bastante inovadora. Essas instituições foram o embrião das atuais Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) e a maioria funciona nos três turnos diários. Também temos exemplos de creches no local de trabalho, algumas bastante antigas, fundadas em indústrias têxteis e outras criadas na década de 1980, inclusive em órgãos públicos.

No decorrer do tempo, cada vez mais as creches vem assumindo o caráter educacional, e as funções atribuídas à creche são: cuidados com alimentação e higiene, estímulo à interação entre professor-criança e criança-criança, brincar, convívio social, treinamento de habilidades como: coordenação motora, desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual, além da preparação para o ensino fundamental, entre outras.

Assim posto, cabe dizer que uma das motivações para escolher pesquisar esta temática para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o fato de trabalhar com a educação infantil e de ter observado que a maioria dos pais veem os educadores como cuidadores de seus filhos, ao invés de profissionais da educação, ou seja, cultivam uma ideia que precisa de esclarecimentos, pois a creche não deve ser vista como segunda casa da criança, mas sim, como o ambiente educacional que ela é.

Nesta perspectiva, tive e tenho algumas inquietações, entre elas as que nortearam todo este meu percurso de iniciação na pesquisa acadêmica, enquanto graduanda do curso de Pedagogia: como o professor de educação infantil lida com a cobrança dos pais sobre o cuidado assistencialista para com os seus filhos? Será que o professor tem mesmo a obrigação profissional de cuidar da alimentação, higiene, dentre outras necessidades básicas dos seus alunos? Qual a concepção do professor a respeito do assistencialismo?

Então, analisar qual a visão do professor da educação infantil, frente ao modelo assistencial empregados nas creches foi o nosso objetivo geral e, entender o que é o assistencialismo nas creches, bem como, conhecer como se dá o processo do cuidado com as crianças nas creches em Feira de Santana.

Considero a temática relevante, tendo em vista que o debate sobre o assistencialismo na educação infantil ainda não foi superado, no que diz respeito ao papel da escola de educação infantil e o que efetivamente ocorre no cotidiano das instituições. Enquanto perdurar a desigualdade social, a visão assistencialista se faz presente em detrimento da efetivação de políticas sociais que atendam às necessidades das crianças e das famílias.

Quanto ao suporte teórico para garantir ampliação na compreensão da função assistencialista e do cuidado em relação às crianças, exercitei o diálogo com Craidy (2001), Ludke (1986), Oliveira (2011), Kramer (1988), Adorni (2006), Brito (2015), Campos (2006), entre outros. E, em relação ao desenvolvimento da pesquisa, realizei entrevistas na perspectiva da abordagem qualitativa, com duas professoras que muito contribuíra para a minha formação inicial em pesquisa.

No que se refere aos resultados ficou evidenciado que a principal queixa por parte das professoras é a não presença dos pais no cotidiano escolar dos seus filhos, ou seja, a falta de diálogo com os pais compromete o bom andamento do processo educacional, mas quanto ao cuidado assistencial não incomoda, pois elas veem essa prática como indissociável da prática pedagógica.

Contudo, através dessa investigação, é minha pretensão contribuir para fomentar junto aos formados em Pedagogia a reflexão sobre: o atendimento assistencial na educação infantil, possíveis progressos que foram alcançados pelas creches, e padrões de rotina que ainda se mantém norteando o trabalho do professor, até por que o processo educativo envolve uma série de fatores para além do currículo escolar.

**O assistencialismo na educação infantil**

Em termos histórico, Aguiar et al (2020) fala que a criança pequena, mesmo ainda não estando oficialmente contemplada por uma lei, tem um contexto social e político, um modelo de educação assistencial, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, o artigo 53 é bem claro ao garantir à criança o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado por seus educadores, entre outros.

E, o artigo 18 da LDB nº 9394/96 prevê a incorporação da Educação Infantil aos sistemas municipais de ensino. Assim sendo, as creches passam a assumir práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

Nessa perspectiva, Campos (2006) diz que está cada vez mais crescente a importância que vem sendo dada a educação infantil, em parte, decorre das profundas mudanças ocorridas no papel da mulher na sociedade moderna e as consequentes transformações no arranjo familiar, que envolve a proteção, o cuidado e a educação dos filhos.

O lugar de assistencialismo atribuído às creches foi dado pelo Estado, cujas famílias e professores foram assimilando e legitimando como concepção. Os dispositivos legais instituídos a partir de 1988 buscam reconfigurar o papel da educação infantil.

Vale ressaltar a dupla função indissociável de educar e cuidar na educação infantil. Nesse sentido, a concepção de cuidar, atribuído historicamente às creches assistenciais, foram ampliados e reconhecidos como indispensáveis quando se trata de atender às crianças em instituições educativas. O conceito de cuidar foi reposicionado para o campo pedagógico, o que implica em acolhimento, interações, afetividade, bem como assistências aos cuidados físicos.

As creches passaram a integrar-se aos sistemas municipais de ensino, passando assim a ter a responsabilidade de oferecer às crianças condições para aprendizagens que podem ser na forma de brincadeiras ou atividades efetivamente pedagógicas, orientadas pelos professores. (BRASIL, 1988, art. 211, 2º). Vale dizer que tais aprendizagens se integram ao processo de desenvolvimento infantil, e nessa perspectiva, as instituições infantis passam a ter que assumir uma nova conduta com relação ao desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, devendo garantir ações que contribuam para o seu desenvolvimento integral. (DE OLIVEIRA, 2012). E, "a essas instituições não é atribuído apenas o dever da educação, como também não é atribuído exclusivamente o dever do cuidado. É preciso a integração desses dois elementos: o cuidar e o educar” (DE OLIVEIRA, 2012, p.06).

Assim sendo, é importante considerar que o assistencialismo ainda se faz presente como concepção e prática no âmbito dos sistemas educacionais, efetivado por meio da manutenção de instituições conveniadas (filantrópicas, confessionais e comunitárias) ainda que, como política pública, tenhamos avançado para ofertar a educação das crianças de zero a cinco anos como política educacional.

Na educação infantil, o assistencialismo faz parte das atribuições do professor, a afetividade e o cuidado, trazem inúmeros benefícios, além de estreitar os laços entre eles. O ambiente escolar deve ser um local seguro onde as crianças se sintam acolhidas.

Compete ao professor organizar-se para acolher a criança e sua família na creche, fazendo com que a tensão seja diminuída e a criança não seja atingida com incertezas que podem prejudicar sua inserção na instituição. O professor deve dar oportunidade para os pais falarem, tirarem dúvidas, contar sobre suas expectativas e explicarem por que buscam a creche, isso contribuíra para a vida escolar dessa criança.

É fato que as crianças se sentem queridas quando percebem que suas famílias são bem-vindas e respeitadas no ambiente educacional. Cuidar de uma criança envolve dar atenção e colaborar para seu crescimento contínuo, compreendendo suas particularidades, atendendo suas necessidades, se interessando por sua família, seus animais de estimação, conversando sobre seus interesses, dentre outras atitudes que fazem a diferença.

O cuidado envolve comprometimento, é necessário que o(a) professor(a) possa ajudar a criança a expressar suas necessidades físicas e emocionais, assim como, propiciar um ambiente facilitador para o desenvolvimento de suas habilidades, com diversidade de instrumentos de aprendizagem, brincadeiras, jogos, estímulos sensoriais, movimento corporal, música, exploração da natureza e afins.

 Somente em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), é que a Educação Infantil, passa a ser uma etapa da Educação Básica, inclusive uma etapa importante, que definirá toda a trajetória educacional dessa criança, mas não deixando de existir a necessidade do cuidado assistencial para com essas crianças. A educação e o cuidado devem caminhar juntos.

**Creches e pré-escolas no município de Feira de Santana**

Na década de 80, no governo de José Falcão da Silva (1983 -1988), foram implantados dois tipos de atendimento na rede municipal, para as crianças de dois a sete anos. Os primeiros foram às creches comunitárias e filantrópicas, mantidas com recursos de convênios, das doações dos associados e das atividades que gerassem algum recurso e, o segundo, as creches públicas, para suprirem a demanda reprimida. Foram criadas 04 creches Municipais, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação: Judite Alencar Marinho, Profa. Alda Marques, Marina Carvalho e Mãe dos Humildes.

Essas creches públicas prestavam atendimento às crianças com jornada de 8 horas diárias, sob o argumento de que as mães precisavam de um lugar para deixar seus filhos. O trabalho pedagógico desenvolvido nessas instituições possuía forte cunho assistencialista. As crianças passavam o dia inteiro nesses espaços para receberem cuidados de higiene e alimentação e, não eram desenvolvidas atividades voltadas para o desenvolvimento cognitivo. O corpo docente das creches públicas era formado por professoras leigas ou com formação de magistério (nível médio), contratadas pela prefeitura, além de contar também com professoras leigas voluntárias. As professoras eram consideradas tias pelas crianças e pelos pais. (BRITO, 2015)

Hoje, para atuar como professor da educação infantil nas creches do município, é pré-requisito ter licenciatura em Pedagogia, pois as creches vão além do espaço assistencial. Tornaram-se instituições de ensino na qual as crianças aprendem diferentes habilidades cognitivas, motoras, sociais e interacionais, e o brincar é mediado e as atividades desenvolvidas são intencionais e próprias para o desenvolvimento de determinada habilidade.

 Entretanto, a realidade em Feira de Santana está preocupante, pois na prática estão sendo contratados estagiários para auxiliar os professores, mas muitos são direcionados para atuar como regente de sala ministrando aula sem ainda terem concluído sua graduação.

Há uma infinidade de problemas a serem enfrentados no âmbito das políticas educacionais públicas para a educação infantil de Feira de Santana. Dentre esses problemas evidencia-se: a precária formação profissional de muitos professores; estagiários de cursos de psicologia, enfermagem, assistente social, indo para as salas de aula sem nenhuma base acadêmica para tal função, com o único objetivo de preencher vagas, o que acaba por prejudicar esses alunos.

Além disso, a ausência de orientação pedagógica e de formação profissional específica para o trabalho na educação infantil; ausência do efetivo uso do projeto político pedagógico em algumas escolas; falta de recursos materiais e infraestrutura adequada também são constantes na realidade das creches municipais.

De qualquer modo, toda esta realidade que se impõe no município precisa ser enfrentada pelas autoridades competentes, pois como sabemos, o papel dos educadores que atuam nas instituições de educação infantil, exige pleno conhecimento das diversas linguagens da infância. As creches devem ser locais privilegiados onde as crianças possam se desenvolver integralmente nos aspectos físico, social, emocional e cognitivo.

**Procedimentos metodológicos e descrição do *lócus***

Ludke (1986) discorre sobre a pesquisa qualitativa e nos diz que tal pesquisa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados, além de colocar o pesquisador em contato com o ambiente e a situação que está sendo investigada e esse contato é essencial para que o pesquisador venha a entender a fundo o seu objeto de estudo.

Então, considerando este pressuposto, apresento o meu percurso para desenvolver esta pesquisa.

O estágio na educação infantil na formação em Pedagogia é obrigatório e como toda esta questão já me inquietava, quando fui realizar o estágio por duas semanas numa creche municipal, também realizei entrevistas com duas professoras. Tomei essa decisão por conta de ter pouca disponibilidade para voltar ao espaço em outro momento. Convém ressaltar que obtive a autorização para fazer essas entrevistas por parte da direção e coordenação e anuência das colaboradoras.

A ideia era entrevistar as cinco professoras da creche, mas houve resistência por parte de algumas. Mas duas acolheram a minha solicitação e participaram - foram as professoras que atuavam nos grupos 4 e 5 da creche, e suas identidades foram preservadas. Assim, utilizo de nomes fictícios quando trago suas considerações: Rosa e Margarida. A professora Rosa é formada em Pedagogia e tem 7 anos de serviço e a professora Margarida também é formada em Pedagogia e especializou-se em Educação Infantil e Alfabetização e Letramento e tem 3 anos de serviço.

A creche *lócus* da pesquisa foi fundada em 15 de março de 1994, mas nunca funcionou efetivamente como creche, atendendo às crianças em turnos parciais, até 2018. Pertence a rede Municipal e se mantém por meio de suprimentos que recebe da Secretaria de Educação do Município (SEDUC), os quais não são suficientes. Os professores e os funcionários sempre ajudam comprando materiais que faltam e há uma pequena horta em parceria com o curso de Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) que os alunos da escola ajudam na manutenção e a produção é vendida na comunidade. O dinheiro da venda é revertido para a compra de alguns materiais.

Quanto à organização a creche apresenta salas bem decoradas, rotinas estabelecidas, mas o parquinho estava desativado por falta de manutenção, o estoque de livros paradidáticos era baixo e somente duas salas tem seu próprio banheiro. E nas duas semanas que estive presente na creche, apenas na primeira teve aula, pois na segunda faltou água e os alunos não foram recebidos.

Na segunda semana, os professores e estagiários frequentaram a escola quando foram realizadas as entrevistas. A entrevista foi composta por perguntas com foco no assistencialismo, para entender qual a concepção delas sobre esse cuidado com as crianças, como é o relacionamento das professoras com os pais dos seus alunos, como elas são tratadas por eles, como é a rotina das crianças, visto que eles precisam e tem direito a esse cuidado assistencial, em conexão com atividades curriculares, e como elas se enxergam enquanto professoras formadas em pedagogia, tendo que cuidar de necessidades básicas de alimentação e higiene dos seus alunos.

 Foi uma experiência formativa com muitas aprendizagens, pois segundo Prodanov e Freitas (2013), pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico.

Então, cabe evidenciar que todo esse processo foi devidamente planejado: o estágio e as entrevistas, pois é a partir da metodologia que aplicamos os procedimentos que devem ser observados para comprovar e validar a pesquisa, construindo conhecimento que venham a ser úteis para a sociedade. (PRODANOV e FREITAS, 2013).

**Apresentação e análise dos dados**

É muito comum encontrarmos creches que priorizam o aspecto cuidador, deixando em segundo plano o aspecto educativo. Porém, a creche deve ser encarada como uma instituição educacional que é de grande importância para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, em consonância com o que sinaliza o artigo 29 da Lei nº 9394/96: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Então, a partir da compreensão desse artigo 29, fica bem claro o papel das creches e os municípios precisam se movimentar para cumpri-lo com sua comunidade.

A perspectiva para a análise do que foi recolhido nas entrevistas são o que consta na legislação supracitada e as reflexões dos autores com os quais venho dialogando.

Assim sendo, constatei que a principal preocupação das professoras é que os pais coloquem toda a responsabilidade assistencial sobre elas, deixando de ter esse cuidado em casa, pois é papel da família cuidar da criança em todos os seus aspectos, e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil de 1998, 2000 e 2009, o papel da educação infantil é complementar ao da família.

. Além disso, outra preocupação recorrente é sobre os pais que não frequentam, ou frequentam pouco a escola. Existem pais que nem chegam a conhecer o professor do seu filho, o que acaba dificultando o trabalho da escola para com a criança. E outro ponto comum é que ambas costumam observar o histórico familiar dos seus alunos, para entender o comportamento deles e buscar a melhor maneira de ajudá-los, pois o público infantil é muito delicado, exige um cuidado assistencial maior, principalmente quando ficam em período integral, por esse motivo elas concordam que a educação formal e o assistencialismo são indissociáveis.

Quando perguntamos sobre a concepção acerca do assistencialismo, as professoras sinalizaram concepções semelhantes, e disseram estar diretamente ligado ao ato de cuidar, de como educar e cuidar, são práticas indissociáveis, acontecem a todo o momento, mas o que não pode acontecer é que a escola passe a assumir o papel da família, por que o cuidado assistencial maior tem que vir da família, cabendo à escola complementar esse cuidado, aliando a prática de educar, desenvolvendo a capacidade cognitiva da criança.

E, sobre o assistencialismo fazer parte das suas funções do professor, Margarida (2019) disse:

Na educação infantil não existe uma prática dissociável entre cuidar e educar, o público infantil requer esse cuidado, são seres em formação física, psicológica e cognitiva. Alguns ficam na escola em tempo integral, então, os professores assumem esse papel de assistir quanto ao cuidado também. Faz parte das nossas funções.

Então, trabalhar na educação infantil é exercitar o tempo todo o cuidar com o educar, não tem como separar, ou seja, ao se pensar na educação infantil, deve-se levar em conta uma série de fatores que são importantes para o desenvolvimento da criança, como por exemplo, espaços amplos com areia, água, terra, objetos variados, brinquedos, livros, jornais, revistas, discos, panos, cartazes, entre outros, pois elas precisam criar, construir e desconstruir, com o objetivo de garantir a experiência com a cultura, a arte e a ciência. (KRAMER, 1999).

E sobre como veem o assistencialismo, explicitaram:

Como algo que ajuda a cumprir um papel social por meio de aprendizagens significativas e diferenciadas. (ROSA, 2019).

Desde que o assistencialismo do professor não substitua a responsabilidade da família é positivo, o que não deve acontecer, pois é papel da família assistir a criança em sua totalidade. (MARGARIDA, 2019).

Deste contexto, As falas das professoras reafirmam a função da educação infantil em contraposição ao assistencialismo como historicamente foi instituído, embora alguns pais vejam na escola uma solução para todos os problemas dos filhos, e querem encarregá-la de assistir, cuidar, educar, transferindo assim as suas responsabilidades para a escola. Outros veem a escola como uma instituição que pode contribuir para formação humana e intelectual dos seus filhos, posição mais significativa.

Em síntese, a participação da família no processo educacional da criança define, em certa medida, o sucesso do ano letivo. É necessário que a relação família e escola se estabeleçam como um ponto de partida, para que se tenha uma conexão entre família e escola, entretanto, pais que não conhecem o professor do seu filho, ou que deixam seus filhos e não perguntam como está a adaptação da criança na escola, e que não fazem questão de conversar com os professores, podem estar trazendo prejuízos para o processo educacional.

De fato, analisando todo esse movimento dessa pesquisa, fica a necessidade de “reconhecer a criança, em sua integralidade, como um compromisso de todos e não apenas da família pressupõe ter como base o diálogo e a negociação, conhecendo as famílias e suas expectativas, na trilha de uma cultura de partilha de ideias e experiências a respeito da educação da primeira infância”. (MONÇÃO, 2015 p.656).

Isso será essencial para a construção de boas práticas, articulando a relação escola e família.

**Considerações Finais**

Este artigo tem como título “O olhar do professor acerca do assistencialismo na educação infantil”, analisar o ponto de vista do professor foi o objetivo central dessa pesquisa, neste TCC. A partir deste estudo foi possível perceber que as professoras entendem o seu papel, no que diz respeito ao cuidado para com seus alunos, mas se faz necessário deixar claro para as famílias, que o papel da escola é suprir as necessidades básicas no momento que lhe é conferido, não priorizando o papel cuidador em detrimento do papel educativo – esse não deve ser prejudicado.

As professoras entrevistadas entendem que o assistencialismo e a prática pedagógica são indissociáveis, mas defendem que os pais precisam participar mais ativamente da vida escolar de seus filhos, conhecendo e dialogando com elas, pois os pais têm função primordial na vida escolar dos seus filhos, ou seja, o elo família-escola jamais deve ser rompido, pois a escola precisa do apoio dos pais para que o rendimento dos alunos seja proveitoso. O professor tem o papel de conhecedor da criança e de apoiador dos pais. Ele deve ter sensibilidade para lidar com as ansiedades da família e compartilhar as ações com ela. Assim sendo, a família terá segurança para deixar seu filho na creche, e verá o professor como âncora, alguém confiável que lhe ajude a pensar no melhor para seu filho. A família deve caminhar juntamente com a escola, auxiliando seus filhos no processo de aprendizagem, criando assim uma relação de respeito e confiança com a equipe escolar.

Também cabe ressaltar que para o bom aproveitamento escolar, deve haver uma equipe qualificada para atender as crianças, uma creche bem equipada com materiais didáticos, brinquedos, alimentação saudável dentre outros suprimentos básicos para a qualidade de vida dos alunos e o bom andamento do trabalho da equipe escolar.

Nesta perspectiva, enquanto educadores, concluímos que temos o desafio de ampliar o acesso e aperfeiçoar a educação, com políticas e propostas pensadas para a melhoria na qualidade de vida das crianças; propor projetos para aproximar mais a família da escola; exigir profissionais capacitados dentro das salas de aula, tendo em vista, sobretudo, a garantia do direito à educação, sem deixar de lado o papel cuidador que os professores têm para com seus alunos da educação infantil, que os aproxima e estimula a afetividade, o que corrobora para um processo educacional pleno e de qualidade.

**Referências**

ADORNI, Dulcinéia da Silva. **A creche e o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos: De agência de guarda a espaço educacional**. Faculdades Integradas, FAFIBE, 2006.

AGUIAR, Maria José de Melo e Alvim; DE MELO, José Carlos; SANTOS, Maria José Albuquerque. **Do assistencialismo aos cuidados de crianças pequenas: rastros históricos, vestígios curriculares**. Revista Humanidades e Inovação. V.7, n°6, 2020.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de Julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996.

BRITO, Cíntia Falcão. **Transição Política e educação infantil em Feira de Santana: a democratização e seus sentidos no governo Colbert Martins (1989-1992).** Dissertação (Mestrado). Universidade de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

CAMPOS, Maria Malta**. Educação infantil. Reescrevendo a educação: propostas para um Brasil melhor**, 2006.

CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gladis. **Educação Infantil: Pra quê te quero**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

DE OLIVEIRA, Débora Regina; MIGUEL, Ana Silvia Bergantini. **A nova concepção de creche pós-LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96).** Revista Fafibe online, ano V – n.5, São Paulo, nov. 2012.

DE OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos**. Educação Infantil: Fundamentos e métodos.** Coleção Docência em Formação – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FULY, Viviane Moretto da Silva; VEIGA, Georgea Suppo Prado. **Interfaces da educação. Educação Infantil: da visão assistencialista à educacional.** Paranaíba, v.2 nº6, p. 86-94, 2012. Disponível em: <periodicosonline.uems.br>

KRAMER, Sônia. **Criança e legislação. A educação de 0 a 6 anos.** Em Aberto, Brasília, ano 7.n.38, abr./jun. 1988.

KRAMER, Sônia. **O papel social da educação infantil**. Revista Textos do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1999.

MONÇÃO, Maria A. G. O compartilhamento da educação das crianças pequenas nas instituições de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. V. 45. Nº 157, p. 652-679/jul./set.2015. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143052>. Acessado em 20 de maio de 2022.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **Mal necessário: creches no departamento nacional da criança (1940-1970).** Cadernos de pesquisa, São Paulo. Novembro, 1988.

1. Aluna do curso de Pedagogia da FAT. Email: dianasantos007@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso no semestre de 2022.1. [↑](#footnote-ref-2)